

**O DECLÍNIO DAS POSSIBILIDADES DE AUTONOMIA E ESCRITA
FEMININAS NO FINAL DA IDADE MÉDIA E A FIGURA DE CHRISTINE DE
PIZAN**

Viviane Holanda Rangel

Mestranda em História (UFPE)

E-mail: viviaane_e@hotmail.com

Palavras - chave: História das Mulheres; História Medieval; Christine de Pizan.

1. Introdução

O final da Idade Média testemunhou, na Europa ocidental, um processo de transição dos papéis ocupados pelas mulheres, o qual guiou os rumos dos lugares reservados ao feminino nos séculos posteriores. As mulheres sentiram na pele os efeitos de uma força congregada de homens leigos e religiosos, unidos no propósito de subjugar e confiná-las em espaços cada vez mais restritos e hierarquicamente menores que os masculinos. Movidos por uma mistura de medo e uma suposição de superioridade, a produção masculina sobre as mulheres na transição do medievo para a época Moderna foi marcada pela hostilidade. O historiador Jean Delumeau sustentou que:

“[...] uma civilização, mais do que nunca, acusa a mulher. A cultura da época, inquieta e ainda mal firmada, busca reforçar o controle desse ser demasiadamente próximo de uma natureza da qual Satã é ‘o príncipe e o deus’. Para a maioria dos homens da Renascença, a mulher é no mínimo suspeita e no mais das vezes perigosa.” (1989, p. 349)

Historiadoras e historiadores como Uta Ranke-Heinemann e Jean Delumeau, entre outros, ressaltaram como a representação das mulheres de forma deturpada uniu homens de diversas áreas. Dentre os religiosos, Ranke-Heinemann frisou que eles foram

herdeiros de tradições misóginas anteriores ao cristianismo, mas que as encorparam de uma maneira ímpar para afastar o gênero feminino de quaisquer papéis de destaque dentro da igreja. Já Delumeau, sustentou que a totalidade dos homens, e não apenas os eclesiásticos, tinham desde sempre medo das mulheres e que: “[...] a atitude masculina frente ao ‘segundo sexo’ sempre foi contraditória, oscilando da atração à repulsão, da admiração à hostilidade.” (1989, p. 310)

Desse modo, não é exatamente uma surpresa que os homens tenham tentado manter as mulheres numa posição subalterna, e com isso, num local de controle. Elas estavam ao mesmo tempo tão próximas fisicamente, o que permitia a regulação constante de seus comportamentos, e hierarquicamente tentaram sempre impor-lhes uma posição subalterna, que tornasse suas demandas e subjetividades menosprezadas. Nesse sentido, os historiadores, até pouco tempo, foram incapazes de romper essa barreira que cobria as práticas sociais de metade da humanidade. A presença das mulheres na História foi, por muito tempo, silenciada na historiografia e maquiada pelas diversas proibições que lhes eram impostas pela estrutura social da época.

No entanto, esses limites foram sendo paulatinamente superados, e historiadoras como Claudia Optz, Michelle Perrot, Regine Pernoud, Danielle Régner-Bohler e Silvia Federici se propuseram a inserir as mulheres na complexa malha histórica e romper com esses silenciamentos. Estas explicitaram de que formas as mulheres existiam, de que forma sobreviviam, como trabalhavam e como se relacionavam, como se expressavam e como mantinham ou modificavam sua atuação social, de acordo com o que a situação demandava. Igualmente, ressaltaram que essas mulheres as quais tentavam modificar ou fugir às estruturas socialmente impostas a elas, geralmente não eram vistas com bons olhos, e com o fim da Idade Média e início da Moderna, vistas como embustes ao desenvolvimento, obstáculos que precisavam ser eliminados, como bem demonstrou o processo de Caça às Bruxas:

“[...] a figura da bruxa [...] situa-se no centro da cena, enquanto encarnação de um mundo de sujeitos femininos que o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher *obeah* que envenenava a comida do senhor e incitava os escravos à rebelião.” (FEDERICI, 2017, p. 23 – 24)

Foi criado, então, um aparato conceitual e jurídico para que essa delimitação dos espaços das mulheres fosse colocado em curso. Saberes de várias áreas foram orquestrados nesse processo, incluindo os conhecimentos médicos e jurídicos e a necessária justificativa religiosa, para perseguição e, em alguns casos, eliminação das que fugissem aos padrões impostos de comportamento e controle.

2. O pensamento misógino estruturado e racionalizado na transição para a modernidade

Religiosos, médicos, juristas, intelectuais no geral e até mesmo literatos, contribuíram para que as representações das mulheres se alinhassem cada vez mais com uma imagem menosprezada, a qual não possuía status semelhante aos homens, não merecendo, portanto, o mesmo respeito.

Na esfera intelectual, houve o surgimento e fortalecimento das universidades nos séculos XII e XIII, lugares reservados aos homens pertencentes, em grande parte, ao clero secular, embora não fossem todos padres, no entanto, devido ao grande envolvimento da população masculina com o clero, eram indiretamente parte da sua estrutura – haviam cidades com até um terço da população adulta masculina envolvida formalmente com o clero. Esse fato causou uma reação em cadeia no sentido de excluir mulheres profissionais, como médicas e cirurgiãs, que apesar de terem sua competência comprovada, acabaram sendo afastadas por não possuírem formação universitária.

Nessa conjuntura, a existência de mulheres como Trótula de Ruggiero, médica do século XI e professora da “Scuola Medica Salernitana” (Escola Médica de Salerno), ficou praticamente inviabilizada. Trótula foi autora de uma das obras pioneiras sobre o que viria a ser a ginecologia e a obstetrícia, e sua obra teve grande difusão durante séculos após sua morte, até que sua autoria feminina foi questionada pelo pensamento Renascentista no século XVI, e só veio a ser re-atribuída a si no século XX, como ressaltou a historiadora Luciana Calado Deplagne. (2008, pg. 6)

Da mesma classe profissional de onde Trótula de Ruggiero surgiu, também surgiu o embasamento pretensamente biológico para a incapacidade feminina. Os médicos do fim da Idade Média forneceram as bases para a noção de inferioridade

corporal e mental das mulheres, as quais seriam criadas já imperfeitas, tidas como um homem incompleto. Médicos importantes da virada para a modernidade, como François Rabelais (1494 – 1553), Jean Wier (1515 – 1588) e Laurent Joubert (1529 – 1583), sustentaram essa visão. No caso de Jean Wier, até mesmo a punibilidade das mulheres foi colocada em questão, visto que estas seriam “naturalmente imbecis”. (DELUMEAU, 1989, p. 332)

Em se tratando do discurso religioso, este via na função biológica das mulheres de gerar filhos a ligação final destas com o sexo e com a carne, os quais eles tentavam manter distância a todo custo. Suas funções biológicas foram em grande medida utilizadas para excluí-las das funções religiosas, como a exclusão de atividades na igreja das mulheres menstruadas e recém paridas, consideradas impuras (RANKE-HEINEMANN, 1999, p. 35 – 36). Vários concílios eclesiásticos criaram ainda mais proibições até mesmo para a proximidade indireta das mulheres às funções sacerdotais, como os de Latrão (1123) e de Trento (1562 – 1563), os quais respectivamente proibiram o casamento de padres ordenados e invalidaram o casamento de padres que haviam se casado antes de se ordenar.

Esse movimento eclesiástico de fechamento em relação às mulheres, aconteceu concomitante a um outro movimento: o das mulheres tomando a palavra na escrita religiosa e na sua prática, fossem práticas cristãs ou alternativas às propostas pela igreja. O século XII foi um marco temporal na escrita espiritual feminina, simbolizado pela figura de Hildegarda de Bingen (1098 – 1179), uma mulher nobre e abadessa, a qual foi uma escritora mística e religiosa, produzindo obras sobre assuntos variados, como plantas, medicina e espiritualidade. Sua produção religiosa e espiritual obteve amplo alcance nos meios religiosos, chegando, inclusive, a trocar correspondências com o Papa.

Para compreender a trajetória de mulheres escritoras como Hildegarda de Bingen, é preciso compreender também o que foram e qual a extensão das chamadas “místicas” na Europa. Tal denominação serviu para caracterizar mulheres que se diziam inspiradas pelo espírito santo – a própria Hildegarda de Bingen se dizia “receptáculo do Espírito Santo” – as quais geralmente se reuniam em grupos, e, segundo Régnier-

Bohler, visavam ”sobretudo uma renovação religiosa da Cristandade e um regresso aos valores ascéticos e apostólicos, como a pobreza, a humildade, a castidade, e por fim o trabalho”. (In: DUBY, PERROT, 1990, p. 424 – 425). Algumas das autoras que ficaram conhecidas por obras que se popularizaram nos meios religiosos foram Margarida Porète (1250 – 1310), Christina Ebner (1277 – 1356), Catarina de Siena (1347 – 1380) e Margarida Kempe (1373 – 1438), mas muitas outras existiram.

No entanto, a despeito do crescimento da chamada “vocação mística feminina”, os discursos misóginos da Igreja Católica continuaram se tornando cada vez mais ofensivos. Estes começaram a sair do domínio eclesiástico com a difusão de uma experiência religiosa mais popular, com as ordens mendicantes e os pregadores proferindo nas ruas e para o povo o que antes era limitado às paredes dos mosteiros e igrejas (Delumeau, 1989, p. 322). As mulheres se faziam presentes em alguns desses grupos, mas a historiadora Claudia Opitz ressaltou que estas eram frequentemente mal vistas pelas autoridades e os eclesiásticos, pois, “eram considerados doravante como ‘hereges’, como perturbadores da comunidade cristã e como preconizadores das doutrinas blasfematórias” (In: DUBY, PERROT, 1990, p. 425).

Também o nascente capitalismo favorecia a ascensão de um discurso burguês que tendia para o fechamento dos espaços ocupados por elas e retirava a conotação de trabalho do que elas executavam. Segundo Federici:

“As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho” (2017, p. 52 – 53).

Para as mulheres camponesas, também a transição para o capitalismo significou uma grande ruptura, visto que os cercamentos e expulsões das terras comunais, onde estas trabalhavam, tornaram ainda mais difíceis a subsistência das suas famílias. Esse mesmo fato causou uma grande migração feminina às cidades, em busca de ocupações e de melhores condições de vida, fato que raramente se configurava como realidade.

Silvia Federici destacou as condições precárias que aguardavam as mulheres nas cidades, pois “a maioria vivia em condições de pobreza, fazendo trabalhos mal pagos como servas, vendedoras ambulantes, comerciantes (com frequência multadas por não terem licença), fiandeiras, membros de guildas menores e prostitutas”. (2017, p. 63) E embora a vida nas cidades significasse geralmente uma menor subordinação das mulheres aos homens, os custos de uma vida independente eram muito altos, tanto em questões de sustento, quanto em questões de segurança e dignidade.

Os âmbitos jurídicos e de acesso a direitos, embora majoritariamente restritos às mulheres com posses, e, ocasionalmente às mulheres pobres que teriam sido vítimas de algum crime, também nesses os seus status não eram dos mais confortáveis. Os juristas não chegaram a inventar coisas novas para degradar a mulher; em muitos casos apenas aplicaram o que já existia de literatura no campo médico e eclesiástico e deram-lhe efeitos no campo do direito. Alguns tribunais usavam a regra de um depoimento masculino para dois depoimentos femininos, fazendo com que a palavra de um homem valesse o dobro da de uma mulher juridicamente. (DELUMEAU, 1989, p. 336)

Um dos legisladores mais notórios nos primeiros anos da Idade Moderna, André Tiraqueau (1488 – 1558), conhecido como “legislador matrimonial”, não foi mais generoso com as mulheres. Ele pregava a total submissão das esposas em assuntos judiciais, uma vez que elas não possuiriam capacidade para tomarem responsabilidade por si mesmas e por seus bens, necessitando do marido para isso. Segundo ele, “elas não assinarão contrato nem farão doação sem o consentimento de seus próximos; e lhes era proibido fazer testamento sem o acordo do cônjuge”. (DELUMEAU, 1989, p. 334) No campo do Direito Canônico, às mulheres não era permitido testemunhar em matéria testamentária, embora Uta Ranke-Heinemann una à esta também a matéria criminal, e tenha ressaltado que em outras matérias o testemunho feminino poderia ocorrer. (1999, p. 203)

Essa defesa reiterada por pensadores de diversas áreas da incapacidade feminina, que beirou a noção de inutilidade feminina, não foi uma novidade no pensamento ocidental. Tomás de Aquino no século XIII e os teólogos da escolástica apenas reorganizaram o pensamento de Agostinho, com trechos de Aristóteles para completar o

sentido de minimização feminina. Aristóteles, que via as mulheres como homens imperfeitos, foi recuperado com cuidado por Alberto Magno e Tomás de Aquino, no sentido de corroborar a visão já estruturada dentro da Igreja Católica desde Agostinho de que as mulheres não possuíam utilidade alguma fora a da procriação. (RANKE-HEINEMANN, 1999, p. 202)

O movimento de recuperação dos autores da Antiguidade Clássica não se restringiu apenas ao meio eclesiástico, tendo se estendido por todo o pensamento intelectual nos séculos do Renascimento. O humanismo pregado pelo movimento, não pretendia colocar, como o nome pode dar a entender, a humanidade no centro; o que o humanismo pretendia e de fato fez, foi colocar o homem no centro. Inspirado pelos autores clássicos, notadamente Platão e Aristóteles, frutos da androcêntrica cultura grega, os participantes do Renascimento, especialmente a partir do século XV, passaram a se declarar em oposição à cultura eclesiástica dominante. No entanto, a forma como eles fizeram isso no que diz respeito às mulheres, significou uma concordância com a diminuição sistemática do status feminino que a Igreja já vinha fazendo há séculos.

Nas produções literárias, muitas feitas por humanistas, a representação das mulheres era, no mínimo, desrespeitosa. Em alguns casos, como no do escritor Eustache Deschamps, a má visão que se tinha da mulher afetava por tabela o casamento, que era retratado como um “mal da cabeça” e como um “tormento”. Essa visão negativa do casamento, ou ao menos hierarquizada em relação ao celibato, não era apenas uma visão dos padres e membros da igreja. Eustache Deschamps defendeu um celibato em prol da Ciência, e o chama de “casamento espiritual”, como uma forma dos homens se voltarem para os estudos e assim não se casarem com mulheres, por quem este possui uma desconfiança ímpar. Diversos outros humanistas também deixaram clara sua antipatia ao feminino, como o religioso Battista Mantovano (DELUMEAU, 1989, p. 340)

Assim, o fim da Idade Média e a transição para a Idade Moderna se configurou pela hostilidade às mulheres, expressa nos mais diversos meios intelectuais, eclesiásticos e literários, passando pela prática jurídica e pelos espaços profissionais. Sendo assim, a noção de que poucas mulheres conseguiram executar uma escrita e ocupar tais espaços seria automática, não fossem as diversas provas em contrário. Ao

analisar todos os movimentos que se concatenaram para negar as mulheres quaisquer formas de autonomia e de atuação social fora do casamento e da maternidade – e mesmo nestes, subjugada ao marido – percebeu-se que estes não foram de fato ações contra a presença feminina nesses espaços, e, sim, reações.

O fato foi que nesse momento, ocorria uma profusão social na Europa ocidental, derivada de fatores diversos que afetaram as formas de estruturar a sociedade: Guerras diversas, formação e consolidação dos reinos e de suas fronteiras, a Peste Negra devastando uma parcela considerável na população, ocorreram mudanças na estrutura de produção e de trabalho, êxodo para as cidades, capitalismo nascente, etc. Todos esses processos deslocaram os lugares sociais, criando novas classes e novas profissões, modificando as relações estabelecidas entre as pessoas.

A ascensão de novas formas de agir e de interagir com o mundo, de pensar, e o surgimento de novas classes sociais, mudou a estrutura de poder e de saber operante na Europa na Baixa Idade Média. Esses deslocamentos diversos criaram novos espaços onde uma escrita e uma autoria feminina pudesse florescer, mesmo que por um breve período.

3. Traços de autoria feminina em meio à ascensão do discurso misógino

Embora o ambiente estivesse se tornando cada vez mais hostil à autonomia feminina, mulheres ousaram proferir sua palavra no fim da Idade Média. Um grupo que adquiriu especial atenção foi o das místicas, citado anteriormente. Tais mulheres ousaram muitas vezes escrever seus pensamentos teológicos, algumas angariando bastante atenção, como Hildegarda de Bingen no século XII e Catarina de Siena no século XIV, ambas correspondentes de papas e escritoras de obras teológicas de importância. Outras menos ilustres aos olhos da igreja, como Margarida Porète (1250 – 1315), autora do livro “Miroir des âmes simples et anéanties” (Espelho das almas simples e angustiadas) obtiveram boa difusão na época.

Escritoras leigas tiveram um alcance bastante razoável em ambientes mais abastados da sociedade, onde a literatura e os escritos profissionais tendiam a circular com maior facilidade. Nas cortes, onde a literatura do amor cortês fazia sucesso, as trovadoras exprimiram traços diferenciados dos trovadores, conseguindo construir uma lírica narrativa própria. Nas palavras de Luciana Calado Deplagne:

“[...] são as poetisas que assumem o papel ativo do *prejador*, que rogam o amor do seu amante (*cavalier* ou *amic*) escolhido por suas qualidades (proeza). Observa-se, no entanto, uma sensualidade mais marcante na lírica feminina, assim como uma linguagem mais direta, mais clara” (2008, pg. 5)

Dentre as leigas, as médicas também se destacaram na escrita de tratados, com a supracitada Trótula de Ruggiero, uma das suas principais representantes, tendo escrito um dos primeiros tratados médicos sobre a saúde da mulher. Mulheres de estratos privilegiados parecem ter se interessado pelas artes da cura e do cuidado, com um enfoque para as doenças femininas, devido á cultura da época que tornava moralmente condenável uma mulher ser examinada por um médico homem. Essas mulheres foram inúmeras e várias deixaram escritos, sendo Trótula de Ruggiero a mais famosa delas, em virtude de seus conhecimentos no que viriam a se tornar as áreas médicas da ginecologia e da obstetrícia. A médica chegou a ser mestra na Escola Médica de Salerno, uma instituição respeitada de formação de médicas e médicos. (SIMONI, 2010, pg. 3)

Muitas outras mulheres poderiam ser citadas, de modo a visualizar o quanto a produção de uma escrita feminina medieval aconteceu e foi assimilada na época, circulando em vários meios, inclusive nos eminentemente masculinos como os eclesiásticos. A erudição na época, menos institucionalizada do que no fim da Idade Média e início da Moderna, a qual tendeu a excluir as mulheres desses espaços de saber – vide o caso das Universidades – permitiu que estas conseguissem alcançar altos graus de intelectualidade e legitimação por outras vias, como o estudo aprofundado e, algumas vezes, autônomo.

4. A figura de Christine de Pizan e a “fundação da memória” feminina

Christine de Pizan foi um exemplo dessas mulheres nobres que conseguiram alcançar sua erudição sem mediação institucional, através da ajuda do pai e do acesso a obras literárias. Filha de Thomas de Pizan, astrólogo e médico do Rei Carlos V da França, Christine de Pizan teve acesso as instalações acadêmicas da corte enquanto crescia, e após se ver desamparada dos favores reais após a mudança de reinado com a morte do Rei Carlos V, e do posterior falecimento do pai e do marido num curto período de tempo, esta passou a escrever para sustentar a si, a sua mãe e aos seus três filhos.

Inicialmente, Christine de Pizan se aventurou pelas baladas românticas e melancólicas, no estilo dos escritos do amor cortês, como na sua obra “Cent Ballades” (Cem Baladas), que escreveu logo no início de sua carreira como autora, entre os anos de 1399 e 1402. Já nesse início, um traço um tanto incomum ficou evidente na sua produção: uma insatisfação recorrente com a representação negativa sofrida pelas mulheres retratadas na literatura da época. Sua primeira obra a tocar no assunto foi “Epistre au Dieu d’Amors” (Epístola ao Deus do Amor), de 1399, que começou a defesa de suas congêneres.

Motivada por esse objetivo, Christine de Pizan adentrou num debate contra uma das mais aclamadas obras literárias do fim da Idade Média, o poema “Roman de La Rose” (Romance da Rosa), de Guillaume de Lorris e Jean de Meung. O poema era dividido em duas partes quase opostas – a de Guillaume de Lorris inspirada fortemente nos escritos cortesões e a de Jean de Meung povoada do ceticismo e do pessimismo ao amor cortês, característicos de finais da Idade Média. A importância dada ao poema e principalmente à sua segunda e maior parte, essencialmente misógina e aclamada por grande parte dos intelectuais da época, levou a autora a debater na chamada “Querela da Rosa”. Tal debate opôs grande parcela dos intelectuais da época que eram defensores da obra, e alguns que se colocaram ao seu lado, criticando o poema.

A participação na Querela transformou Christine de Pizan, que foi de uma escritora de poemas de amor cortês com leves inclinações à defesa feminina, numa autora respeitada também fora da corte francesa e com uma produção marcada pela

indignação com a má representação feminina na literatura. (REDFERN, 1995. In: LUNSFORD, 1995, p. 78) Também foi através da sua participação na “Querela da Rosa” que ficou mais evidente seu prestígio e reconhecimento dentro da corte francesa, visto que Christine busca em seus admiradores nobres apoio durante o debate, incluindo na própria rainha Isabel de Baviera, esposa de Carlos VI”. (RÉGNIER-BOHLER, 1990. In: DUBY, PERROT, 1990, p. 530)

A partir disso, sua produção literária se diversificou cada vez mais como mostrou o fato de ter sido convidada por Felipe II da Borgonha, irmão do falecido Rei Carlos V, para escrever a biografia do rei. (RÉGNIER-BOHLER, 1990. In: DUBY, PERROT, 1990, p. 535) Sua produção de cunho político se manifestou também na obra “L’Advision de Christine” (A visão de Christine), de 1404. Sua obra continuou se diversificando, tendo a autora se destacado pela diversidade de temas abarcados, como a supracitada política, o pacifismo, as artes da guerra, da cavalaria e do direito, obras humanísticas, obras de cunho religioso e até mesmo biografias. Tal diversidade pôde ter favorecido inclusive a dispersão de suas obras, as quais, segundo Redfern, tiveram um alcance bem razoável:

“[...] dezoito edições manuscritas de ‘O livro das três virtudes’, ou ‘O tesouro da Cidade das Damas’ ainda existem. Edições portuguesa e holandesa de ‘O tesouro (da Cidade das Damas)’ datam do século XV, e cópias francesas ainda estavam sendo impressas em 1536. Seu precursor, ‘A Cidade das Damas’, foi traduzido em inglês em 1520” (REDFERN, 1995. In: LUNSFORD, 1995, p. 75)

No entanto, foram os livros criticando a má representação feminina que se destacaram mais em sua obra. Dentre os quais escreveu tratando da temática, um livro marcou a carreira da autora, em parte por ter sido herdeiro do debate que a tornou mais conhecida, a “Querela da Rosa”, em parte por ter trazido mais pungentemente que outros a defesa da moral feminina, a qual guiou muitas das suas produções posteriores. O livro “La Cité des Dames” (A Cidade das Damas), de 1405, pode ser considerado um tratado em defesa das mulheres. A narrativa marcada pela vontade de Christine de Pizan em provar que as mulheres eram dignas de respeito e de uma melhor retratação por

parte dos homens, traz diversas biografias de personagens femininas importantes da História – sejam elas ficcionais ou reais.

A autora se sustenta em alguns pilares, os quais serviriam de sustento aos seus argumentos, tais como: a legitimação das mulheres em campos tidos como masculinos e o gênero feminino como receptáculo da moral divina. É preciso dizer que Christine de Pizan não pregou uma total igualdade entre mulheres e homens; no entanto, ela defendeu que as mulheres são capazes de se desenvolverem em habilidades fora das consideradas “tipicamente femininas” se forem ensinadas a isso. No livro são evocadas figuras de várias mulheres em papéis de guerreiras e intelectuais, estas últimas com um apelo sutil da autora para que as meninas pudessem ser educadas, utilizando o seu próprio exemplo algumas vezes, possivelmente numa tentativa de legitimação do próprio conhecimento.

Na fala da Dama Retidão, uma das alegorias presentes na obra, ela defendeu seu ponto de vista:

“Nem todos os homens, e principalmente aqueles mais cultos, compartilham a opinião de que é um mau a educação para as mulheres. É verdade que muitos dentre os menos instruídos as acusam, pois iria irritá-los muito saber que as mulheres poderiam saber mais do que eles. Teu pai, que foi um grande astrônomo e filósofo, não pensava, claro, que as mulheres fossem menos capazes de apreender o saber científico. Ele se alegrava, ao contrário, sabes bem, em ver teu dom para as letras.” (PIZAN, 1405. In: CALADO, 2006, p. 260)

Além de se posicionar a favor da educação feminina, a autora também defendeu uma opinião pouco difundida na época: as mulheres seriam mais morais que os homens. Christine de Pizan representou tal afirmação durante muitas partes do livro, ao dizer que a mulher era naturalmente boa e que as mulheres ditas “corrompidas” são uma aberração e uma fraude. Segundo a escritora, “[...] a própria natureza da mulher consiste em ser simples, comportada e honesta.” (PIZAN, 1405. In: CALADO, 2006, p. 133).

A obra “A Cidade das Damas” também possuiu outro diferencial em relação a outras obras escritas por mulheres, e em relação a outras obras escritas pela própria

Christine de Pizan: se dirige às próprias mulheres. Num período onde a erudição feminina era, no mínimo, passível de desconfiança e no máximo, um perigo para os homens, como a própria autora sustentou, esta criou um livro para mostrar para suas próprias congêneres que em detrimento do que era massivamente escrito pelos homens, as mulheres eram, sim, dignas de respeito e que estas possuíam uma longa trajetória de honradez e habilidade em diversas áreas para sustentar que também eram capazes de grandes feitos. Foi nesse sentido especificamente que Christine de Pizan “fundou” uma memória feminina, ao construir para suas leitoras um passado glorioso do qual se orgulhar, tal qual o que os homens evocavam para si.

A produção da autora continuou se diversificando e esta continuou produzindo em grande quantidade até meados da segunda década do século XV, quando se recolheu ao convento de Poissy, onde sua filha já residia. Suas duas últimas obras foram escritas dentro do convento, sendo uma de cunho religioso “Les Heurs de la contemplation de La Passion de Nostre Seigneur” (As horas da contemplação da Paixão do Nosso Senhor), em 1420 e a sua última obra, “Le Ditié de Jehanne d’Arc” (O Dito de Joana d’Arc), de 1429, foi escrita logo antes da morte da sua autora, a qual faleceu em 1430, sem ter visto a condenação de Joana d’Arc, a quem tanto elogiou no seu poema, à força.

5. Considerações Finais

A figura de Christine de Pizan emergiu em finais do século XIV e início do XV, quando já se estruturava um movimento de declínio nas possibilidades de autoria e autonomia femininas. Embora fosse mulher, sua posição de mulher com contatos na corte, a permitiu construir e exercer uma erudição, inclusive com esta juntando um bom patrimônio a partir do sucesso de suas obras, simbolizado pela ida da autora para um convento na velhice, visto que estes eram lugares praticamente reservados às mulheres de alta classe. Isso não pôde ser repetido sobre a maioria das mulheres que ousaram exercer algum papel de destaque em épocas não muito posteriores.

Depois da morte de Christine de Pizan, na virada para o século XVI, o aparato de discriminação feminina e de diminuição dos seus direitos, principalmente os das

mulheres casadas, já estavam em curso. No entanto, foi possível perceber que esse movimento foi contemporâneo ao aumento da ocupação efetiva de espaços ocupados pelas mulheres em papéis de destaque na sociedade, e não só no campo das letras, como foi explicitado anteriormente. Silvia Federici demonstrou que no final da Idade Média, a presença de mulheres em guildas e em ocupações profissionais era massiva, o que impulsionou sua presença pública e as levou a questionar a repressão que sofriam, muitas se aliando e desempenhando papéis centrais em revoltas urbanas e camponesas, e em movimentos heréticos¹ – ou posteriormente considerados como heréticos, geralmente de acordo com a condição econômica de suas e seus componentes.

Dito isso, Christine de Pizan não se destacou apenas por sua erudição e vasta produção, mas por ter conseguido tamanha notoriedade num período onde os lugares de poder estavam sendo construídos de modo a excluir qualquer participação feminina. A autora não foi uma exceção na sua época, foi, na realidade, a herdeira de um movimento onde as mulheres estavam se colocando e fazendo ouvir, tanto nos campos eruditos quanto nos sociais. A análise da presença de inúmeras escritoras medievais em vários campos de conhecimento, e de mulheres em lugares de luta social, e, igualmente do processo de diminuição do status feminino no fim da Idade Média e início da Idade Moderna demonstrou que este não foi uma ação, mas, sim, uma reação.

As mulheres estavam efetivamente ocupando lugares de erudição e de autonomia, quando a união de poderes e de saberes leigos e religiosos procurou tornar inviável seu alcance a eles. O cume desse processo foi primeiro a inquisição, instaurada ainda em fins da Idade Média, e, finalmente, o período mais intenso da chamada Caça as Bruxas, nos séculos XVI e XVII. E, retomando mais uma vez as palavras de Federici:

“A caça às bruxas foi, portanto, uma guerra contra as mulheres; foi uma tentativa coordenada de degradá-las e de destruir seu poder social. Ao mesmo tempo, foi precisamente nas câmaras de tortura e nas fogueiras onde

¹Algumas vezes, essas categorias (movimentos heréticos e revoltas populares) se misturavam e se influenciavam mutuamente. Muitos movimentos heréticos podem ser encarados como formas de religiosas de exprimir insatisfações com a realidade e tentativas concretas de mudança social, como explicou a autora. FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. P. 66 – 79.

se forjaram os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade.” (2017, p. 334)

Depois da caça as bruxas, os lugares estabelecidos para as mulheres estavam rigidamente definidos e o pensamento feminino de tal maneira imbuído de medo, que as estruturas e conseqüências dessa opressão se mantêm até os dias de hoje, onde as mulheres lutam bravamente para destruí-las.

6. Bibliografia

CALADO, Luciana E. F. **A cidade das damas**: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan. Trabalho de Conclusão de Curso (Tese). UFPE, 2006.

DELUMEAU, Jean. **O medo no ocidente**: 1300 – 1800 uma cidade sitiada. Tradução Maria Lucia Machado, tradução das notas Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras: 1989.

DEPLAGNE, Luciana C. Vozes femininas na Idade Média: Auto-representação, corpo e relações de gênero. FAZENDO GÊNERO 8 – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 08, 2008, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST70/Luciana_Calado_Deplagne_70.pdf Acesso em 25 de jul. 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

OPITZ, Claudia. O cotidiano da mulher no fim da Idade Média (1250 – 1500). In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle (Org.). **História das Mulheres no Ocidente – Vol. 2**: A Idade Média. Tradução de Ana Losa Ramalho, Egipto Gonçalves, Francisco Geraldês Barba, José S. Ribeiro, Katharina Rzepka e Teresa Joaquim. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

PERNOUD, Régine. **Christine de Pizan**. France: Calmann-Lévy, 1982.

PIZAN, Christine de. A Cidade das Damas. In: CALADO, Luciana E. F. **A cidade das damas**: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan. Trabalho de Conclusão de Curso (Tese). UFPE, 2006.

RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo reino de Deus**: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. 4ª tiragem. Tradução de Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1999.

REDFERN, Jenny R. Christine de Pisan and the Treasure of the City of the Ladies: A Medieval Rhetorician and Her Rhetoric. In: LUNSFORD, Andrea (Editor). **Reclaiming rhetorica**: women in the rhetorical tradition. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1995.

RÉGNIER-BOHLER, Danielle. Vozes literárias, vozes místicas. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle (Org.). **História das Mulheres no Ocidente – Vol. 2**: A Idade Média. Tradução de Ana Losa Ramalho, Egipto Gonçalves, Francisco Geraldes Barba, José S. Ribeiro, Katharina Rzepka e Teresa Joaquim. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

SIMONI, Karine. De dama da Escola de Salerno à figura legendária: Trotula de Ruggiero entre a notoriedade e o esquecimento. FAZENDO GÊNERO 9 – DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 08, 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278291166_ARQUIVO_Dedama daescoladeSalernoafigurallegendariaTrotuladeRuggieroentranotoriedadeeoesquecimento.pdf Acesso em 25 de jul. 2019.